

# Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras): histórico, questões controversas e perspectivas

Matilde Virginia Ricardi Scaramucci

entrevistada por Elysio Soares Santos Junior

Leandro Rodrigues Alves Diniz

Entrevistadores: Como uma das precursoras do Celpe-Bras e membro de diferentes comissões técnico-científicas do exame, quais são, no seu ponto de vista, os maiores avanços desde a primeira aplicação, em 1998?

167

Matilde Scaramucci: Antes de iniciar, não poderia deixar de agradecer aos organizadores deste número da revista *Em Aberto* pelo convite para participar desta entrevista e dizer que me sinto muito honrada por ter sido escolhida. Espero que minhas respostas possam contribuir para um maior entendimento do exame e, ao mesmo tempo, possam ser consideradas registros para sua história.

Estar envolvida com o exame desde 1993, quando foi criado, e trabalhar na área de avaliação em contexto de línguas sempre me fizeram ter expectativas muito altas em relação às necessidades de aprimoramento da prova e das políticas a ela relacionadas. O Celpe-Bras é um exame de desempenho que avalia a proficiência na língua em situações de uso, portanto, complexo por natureza e exigente em pesquisas que possam nos fazer entender melhor seu funcionamento. Não posso deixar de reconhecer que algumas das minhas expectativas se tornaram realidade. Por outro lado, ainda há um longo caminho a percorrer, considerando nossa falta de tradição em avaliações de proficiência em larga escala e nosso baixo nível de letramento em avaliação em geral.

O exame foi criado com apenas dois níveis, Primeiro Certificado e Segundo Certificado, embora essa denominação não tenha sido uma decisão da comissão técnica. Os dois níveis, num primeiro momento, pareciam atender às exigências e necessidades de certificação do público-alvo, composto majoritariamente de alunos estrangeiros que vinham estudar em nossas universidades. Após algumas aplicações, entretanto, observamos que apenas dois níveis não eram suficientes para diferenciar, adequadamente, os perfis de proficiência.

É importante salientar que níveis de proficiência em um exame dessa natureza são pontos de corte em um contínuo, que geralmente se inicia no nível definido como mínimo e termina no nível mais alto. No Celpe-Bras, isso significava dois pontos de corte, definindo, portanto, duas faixas de proficiência que na prática se mostraram muito longas. O que quero dizer é que um candidato que estava no início da faixa do Primeiro Certificado, por exemplo, e outro no final dessa mesma faixa, geralmente, tinham perfis diferenciados, embora na mesma faixa. Então tomamos a decisão de desdobrar os níveis em quatro e denominá-los diferentemente, fazendo a distinção entre o Intermediário e o Intermediário Superior, e entre o Avançado e o Avançado Superior, tomando o componente linguístico como base para essa diferenciação.

168

A descrição geral dos níveis, a vigorar a partir da edição de 2019/2,<sup>1</sup> foi revista para se tornar mais condizente com o fato de utilizarmos um único exame para avaliar quatro níveis de proficiência. Fizemos a diferenciação entre os níveis levando em conta todos os aspectos pertinentes, e não mais apenas o componente linguístico. Também foram eliminadas as diferenciações entre os assuntos dos textos e as situações relativas aos vários níveis que constavam dos descritores gerais originais, uma vez que, por termos um mesmo exame para quatro níveis, os textos e as situações são os mesmos, sendo a qualidade do desempenho do participante nas tarefas propostas o único elemento diferenciador.

Todas essas mudanças estão sendo documentadas e deverão fazer parte do *Documento Base do Exame Celpe-Bras*, que está em elaboração e será publicado brevemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse documento, há muito necessário, explicita melhor o construto do exame para que possa ser mais bem entendido pela comunidade que faz uso de seus resultados e, portanto, sua publicação será um grande avanço.

---

<sup>1</sup> Segundo semestre de 2019.

Ao longo das aplicações nesses 20 anos, pudemos fazer pequenos ajustes nas grades de avaliação tanto da parte oral como das tarefas escritas. Alterações como essas, que preservam o construto do exame, fazem parte de processos de aprimoramento de exames em geral e são esperadas. Por exemplo, na parte escrita do Celpe-Bras, apesar de a grade estar dividida em três eixos, a avaliação sempre foi holística, uma vez que o corretor sempre atribuía uma única nota. Portanto, algumas mudanças na grade, que a partir de 2013/2 passou a ter somente dois eixos de avaliação, foram muito importantes. A partir de 2014/2, em decorrência das discussões realizadas entre os membros da Comissão Técnico-Científica do Celpe-Bras e os avaliadores da parte escrita, assim como de outros trabalhos acadêmicos, a grade foi novamente ajustada para contemplar os parâmetros atuais de avaliação.

As grades utilizadas pelo avaliador-interlocutor e pelo avaliador-observador na parte oral também foram revistas e validadas durante as várias aplicações do exame, passando a incorporar ajustes de maneira a refletirem mais precisamente o que estava sendo avaliado. Novas mudanças deverão ser implementadas a partir da edição 2019/2.

Bastante relevante foi a revisão feita nas especificações do exame – utilizadas pela Comissão Técnico-Científica e por aqueles que elaboram itens – para torná-las mais explícitas e, conseqüentemente, mais representativas de seu construto. Em exames de proficiência, as especificações são elaboradas com base em uma análise de necessidades do público-alvo e são fundamentais, na medida em que podem ser consideradas o primeiro nível de operacionalização do construto do exame, relacionando as necessidades do público-alvo aos itens e às tarefas das provas.

Estou deixando de mencionar aqui outras alterações menores, embora não menos importantes, realizadas nos procedimentos de aplicação do exame, assim como no seu sistema administrador, necessárias para facilitar os processos de inscrição e inserção de notas pelo centro aplicador, em vista do aumento crescente de candidatos ao longo dos anos. Não estou mencionando, ainda, o entendimento mais profundo que temos obtido – por meio de pesquisas em andamento conduzidas recentemente e pela experiência de elaboração e correção – sobre a complexidade envolvida na avaliação de tarefas que integram leitura e escrita ou compreensão oral e escrita e que compõem a parte escrita, mas que ainda não, necessariamente, se reverteu em mudanças. À época da criação do exame, pouco ou quase nada se falava sobre avaliação de habilidades integradas, tendo se tornado um tópico de pesquisa importante mais recentemente, o que mostra quão inovador o exame era quando foi desenvolvido. Ou uma compreensão mais aprofundada sobre a parte oral, incluindo, por exemplo, o impacto que os tópicos e a estrutura dos elementos provocadores têm na condução da interação e nos resultados dessa

avaliação. Esse entendimento também deverá levar a mudanças na estrutura da parte oral.

Não posso deixar de reconhecer os investimentos para a ampliação dos centros aplicadores do exame no Brasil e no exterior. Na primeira aplicação, tivemos 127 candidatos em oito postos aplicadores, enquanto na segunda edição de 2018 tivemos 7.442 participantes, que fizeram o exame em mais de 90 postos aplicadores no Brasil e no exterior. Esse aumento reflete, em grande parte, o crescimento da importância do português no mundo, mas também se deve à imagem positiva que o exame tem mantido ao longo dos anos. Não posso deixar de fazer uma crítica em relação às decisões dessa ampliação – muitas delas não motivadas pela necessidade real de expansão do ensino de português para estrangeiros no Brasil e no mundo – que geraram concentração de centros aplicadores em alguns locais, sem demanda justificada, em detrimento da falta de centros em outros. No meu entender, essa ampliação teria que ser mais bem fundamentada e mais estratégica, com exigências maiores para os centros aplicadores, de modo a manter a qualidade das aplicações.

Apesar desses avanços, o exame ainda tem aspectos que deixam a desejar. O seu aprimoramento poderia ser mais efetivo se tivéssemos, por parte das instituições responsáveis por ele, um real reconhecimento da importância do exame na promoção da nossa língua, que se traduzisse em investimentos em uma estrutura de trabalho que permitisse a criação de uma equipe de pesquisa formada por especialistas em avaliação em contextos de línguas. Incluindo, minimamente, um profissional estatístico especializado em avaliação de exames de desempenho. Essa equipe se dedicaria ao aprimoramento do exame, em um trabalho conjunto com a Comissão Técnico-Científica do Celpe-Bras, de forma que a cada aplicação teríamos novos dados para analisar o comportamento dos diversos aspectos do exame, principalmente seus pontos frágeis, para construir argumentos, o que é condizente com uma visão moderna de validade. Apesar das inúmeras pesquisas já conduzidas sobre o exame, não temos, como eu já disse em outras ocasiões, estudos sérios de validação, que muito poderiam contribuir para seu aprimoramento e para a divulgação dos seus índices de validade e confiabilidade.

Outro avanço importante seria investir na formação de avaliadores da parte oral, porque, até o momento, ela tem deixado a desejar. A formação de avaliadores da parte escrita, apesar de não ser ideal, tem promovido o diálogo e a troca de experiências e levado a um entendimento maior sobre o exame pela comunidade.

O fato de mencionar essas necessidades de aprimoramento não diminui, de maneira alguma, o mérito do exame, que tem mantido seu valor de face e exercido efeitos retroativos importantes tanto no nível macro – instituições e

educação linguística em geral – quanto no nível micro – percepções dos professores e ensino de português no Brasil e no exterior –, promovendo práticas mais contemporâneas, com foco no uso da língua. Assim, tem sido um exame de alta relevância, pelas decisões importantes que têm sido tomadas com base em seus resultados, e, como tal, instrumento importantíssimo de política linguística do Estado brasileiro.

Entrevistadores: Em que medida os resultados das pesquisas sobre o Celpe-Bras têm contribuído para avanços na validade e confiabilidade do exame?

Matilde Scaramucci: Elaborar exames, especialmente de proficiência de larga escala, é uma tarefa árdua e complexa, principalmente os da natureza do Celpe-Bras, que, como disse antes, são exames de desempenho baseados em tarefas, que procuram avaliar a proficiência em situações realistas. A literatura discute os desafios para seu aprimoramento e pesquisas sobre a avaliação de seus impactos são extremamente importantes. Com certeza, se consultarem a plataforma digital Acervo Celpe-Bras,<sup>2</sup> que reúne uma série de documentos sobre o exame, organizado por minha colega Juliana Schoffen e equipe, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), poderão observar o grande número de pesquisas relacionadas à prova, que com certeza trouxeram muitas contribuições. Até outubro de 2018, pelo menos 8 teses de doutorado, 44 dissertações de mestrado, 17 trabalhos de conclusão de curso de graduação, 27 capítulos de livros e 38 artigos foram publicados sobre o exame. Há, entre elas, pesquisas que focalizam a definição de níveis de proficiência e a operacionalização do construto do exame em grades de avaliação; outras que evidenciam o desempenho oral e escrito dos falantes de línguas distintas e a atuação do examinador-interlocutor. Essas pesquisas foram conduzidas por especialistas da área de avaliação, com contribuições diretas para o aprimoramento do exame e para o entendimento do seu construto. Entretanto, há outras que, embora conduzidas por especialistas da linguagem, são mais centradas, por exemplo, em questões culturais ou nos textos produzidos na avaliação. Ainda que importantes – por abrangerem temas de interesse para a área de ensino-aprendizagem de línguas de maneira geral, como práticas, abordagens e metodologias de ensino, assim como para a formação de professores –, não oferecem necessariamente subsídios para o aprimoramento do exame.

Portanto, apesar de os números das pesquisas serem consideráveis, à primeira vista, não podemos nos iludir, pois ainda há muito o que fazer. Em minha opinião, como já mencionei, há necessidade de projetos de pesquisa fundamentados em conceitos da área de avaliação, conduzidos por pessoas

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[www.ufrgs.br/acervocelpebras](http://www.ufrgs.br/acervocelpebras)>.

que sejam especialistas da área e que, se bem estruturados e explicitados, poderiam ser considerados estudos de validação. Reiterando o que já disse, incentivos poderiam ser dados por parte dos responsáveis pelo exame, com a publicação de um grande edital que organizaria os vários tópicos e aspectos importantes da prova, com explicitação de metas e aspectos metodológicos, a exemplo do que fazem outros exames internacionais.

Entrevistadores: Diferentemente do que ocorre em outros países, a maior parte dos estudantes cuja língua materna não é o português realiza cursos de graduação ou pós-graduação no Brasil sem apresentar o Celpe-Bras. A senhora considera desejável, ou possível, uma maior exigência desse exame num cenário de crescente preocupação com o processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras? Em caso positivo, em que situações o Celpe-Bras deveria, a seu ver, ser exigido?

Matilde Scaramucci: Ao longo dos meus vinte e tantos anos de envolvimento com o exame, tenho batalhado incessantemente para torná-lo obrigatório para admissão de alunos estrangeiros em nossas universidades, o que vai além dos convênios do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). É importante dizer que tenho enfrentado uma oposição bastante grande por parte dos dirigentes de minha universidade que, em sua visão estreita de internacionalização, consideram o inglês a solução para todos os problemas, e o exame Celpe-Bras seria uma barreira a esse processo. A falta de institucionalização do exame no Brasil tem sido muito ruim e, conseqüentemente, impedido a projeção internacional mais efetiva do português e a possibilidade de recebermos alunos estrangeiros que já venham com um certo nível de proficiência na língua, o que diminuiria a necessidade de tantos investimentos nas universidades, que em geral passam por problemas financeiros. Sem levar em conta as grandes contribuições que essa proficiência teria para a qualidade das experiências desses alunos no Brasil e seu desempenho acadêmico. Além disso, a falta de exigência de proficiência na língua, que poderia ser minimizada pela exigência do certificado, tem levado inúmeras universidades à oferta de disciplinas de graduação em inglês, porque não lhes resta outra saída para convencer os estrangeiros a estudarem no Brasil.

Vejo como muito importante o papel dos coordenadores do Celpe-Bras nas universidades brasileiras, pois a eles cabe a missão de tornar o exame conhecido em suas comunidades, mostrando sua importância, e incluí-lo nas pautas de discussão e em políticas de língua da instituição. Pela falta de tradição em uso de exames de proficiência no Brasil e pela nossa cultura

colonialista de desvalorização da nossa língua, imagino que as mudanças nesse sentido sejam lentas, o que exigiria a implementação do certificado em etapas, levando em conta os públicos diferenciados e as várias áreas da universidade. Em outras palavras, estou sugerindo uma inserção do certificado de forma estratégica, que viria na esteira de uma valorização da língua local. Apesar de as IES terem autonomia em suas decisões, reconheço como extremamente importante o apoio institucional do Inep e do Ministério da Educação (MEC), inserindo essa questão em suas pautas de discussão com as instituições de ensino superior. O programa Idiomas sem Fronteiras, com a criação dos núcleos que incluem o Português Língua Estrangeira (PLE), tem sido um grande incentivo para a criação da área de ensino de PLE e a aplicação do exame Celpe-Bras. Esses núcleos, entretanto, precisarão de apoio de colegas mais experientes para que seus professores sejam bem formados nessa área e que as aplicações do exame sejam bem-sucedidas.

Como já sugeri, outra possibilidade que daria maior reconhecimento ao exame seria a formação de um conselho consultivo formado por representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – que ao mesmo tempo são usuários de seus resultados e também agências de fomento à pesquisa, e podem contemplá-lo em suas políticas. Juntamente com representantes do Itamaraty, poderiam pensar, colaborativamente, em medidas que contribuam para o aprimoramento e para a valorização dessa certificação.

Entrevistadores: Em que contextos, fora do espaço acadêmico, a senhora acredita que o Celpe-Bras deveria ser exigido? Nesses casos, seria interessante, a seu ver, a criação de exames para fins específicos?

Matilde Scaramucci: O público-alvo do Celpe-Bras é constituído, em primeiro lugar, por alunos estrangeiros que vêm estudar em nossas universidades e também por profissionais que necessitam da língua para trabalhar no Brasil ou em empresas que usam o português no exterior. Como um exame geral de proficiência, atende, prioritariamente, esses dois tipos de público, mas realmente seria muito interessante se pudéssemos ter, nos moldes do que ocorre em outros países, também exames mais específicos, por exemplo, para a área da saúde ou de negócios, em que necessidades de uso mais particulares da língua pudessem ser contempladas.

A Austrália, por exemplo, tem há muitos anos um importante exame de proficiência para profissionais da saúde, envolvendo médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, entre outros que queiram exercer a profissão naquele país. O Brasil já conta com um exame de proficiência em inglês para controladores

de voo, o Exame de Proficiência em Inglês Aeronáutico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (EPLIS) desenvolvido pelo Instituto de Controle do Espaço Aéreo, de São José dos Campos, subordinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Força Aérea Brasileira.

Por um lado, não podemos deixar de reconhecer o esforço envolvido no desenvolvimento de exames dessa natureza e a falta de letramento em avaliação de nossa sociedade. Por outro lado, para que esses exames, com propósitos específicos, sejam bem elaborados e mereçam ser implementados, há a necessidade de pesquisas que façam o levantamento e análise de necessidades desses públicos, num trabalho conjunto de profissionais dessas áreas e especialistas em avaliação em contextos de línguas, o que traria grandes contribuições para o desenvolvimento da área de avaliação no Brasil.

O Celpe-Bras tem sido uma exigência de muitas entidades de classe, a meu ver, acertadamente. A mais importante delas foi a do Conselho Federal de Medicina (CFM), infelizmente suspensa por uma determinação do Ministério Público – um grande erro a meu ver, considerando a importância vital que a proficiência na língua tem, especialmente nesse contexto. Eu acho que todas as entidades de classe deveriam exigir o exame Celpe-Bras. Tenho notícia de vários professores estrangeiros que são contratados pelas nossas universidades sem apresentarem proficiência em língua portuguesa, com consideráveis prejuízos para a qualidade das aulas.

174

Entrevistadores: O Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação do Celpe-Bras como pré-requisito para ingresso de estrangeiros no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), inclusive os oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A exigência gerou certa polêmica, tendo havido, inclusive, solicitações formais da comunidade acadêmica para que o Itamaraty reveja essa decisão. Qual a sua posição sobre o uso do Celpe-Bras para cidadãos vindos da CPLP?

Matilde Scaramucci: Como eu já mencionei em outras ocasiões, considero essa decisão um desastre total. Não apenas sob o ponto de vista da avaliação propriamente dita – o que a literatura especializada chamaria de “uso equivocado”, uma vez que o exame não foi desenvolvido para esse público-alvo, que apresenta necessidades distintas daquelas do estrangeiro falante de outras línguas, o que invalidaria seus resultados –, mas também pelo fato de ter tido repercussões diplomáticas muito negativas. Por outro lado, entendo que tal decisão – e não estou, de maneira alguma, tentando justificá-la –, como muitas outras neste País, tenha sido tomada sem uma reflexão mais aprofundada e sem a devida consulta ao especialista, diante da percepção das dificuldades linguísticas apresentadas por esses alunos durante seus cursos



no Brasil. A explicação, nesse caso, é falta de letramento acadêmico, o que não é uma característica apenas desses alunos estrangeiros, mas também de muitos alunos brasileiros. Nesse contexto, cursos de letramento acadêmico seriam mais indicados.

Entrevistadores: Outro ponto que gerou polêmica na comunidade acadêmica foi a exigência do Celpe-Bras para fins de naturalização ordinária, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018. Após a repercussão da exigência, o documento acabou sendo alterado pela Portaria Interministerial nº 16, de 3 de outubro de 2018, que ampliou as possibilidades de comprovação de proficiência por parte daqueles que desejam se naturalizar no Brasil. Qual sua posição sobre essa mudança?

Matilde Scaramucci: O uso de exames de proficiência para fins de naturalização tem sido uma polêmica antiga em muitos países, em que o volume de imigrações e, conseqüentemente, de naturalizações tem sido maior. Muitos desses exames têm sido vistos mais como mecanismos de contenção desses pedidos de naturalização – verdadeiros *gate-keepers* – do que como exames de língua. Para alguns autores, são exemplos de como os construtos nesses exames podem ser políticos, uma vez que, apesar de explicitarem que o foco da avaliação é a proficiência na língua, quando operacionalizada nos exames, essas avaliações acabam por incluir habilidades, competências e conteúdos que extrapolam essa proficiência.

Levar em conta a proficiência na língua como um dos pré-requisitos para a naturalização, no meu entendimento, é uma medida adequada, uma vez que a proficiência é essencial para o exercício de cidadania. Dessa forma, portanto, a portaria me parece bem intencionada. Entretanto, mais uma vez, essa situação mostra claramente, como no caso anterior dos países lusófonos, que as decisões são tomadas de maneira unilateral, sem consulta às instituições ou atores envolvidos – no caso o Inep – para um melhor entendimento do construto do exame e suas exigências, sem a devida análise do contexto para o qual está sendo pensado.

As perguntas que deveríamos fazer seriam: quais as exigências linguísticas adequadas para esse contexto? Que construto deveria ter um exame para atender a essas exigências?

A implementação da Portaria Interministerial nº 11,<sup>3</sup> sem uma consulta prévia e sem torná-la pública em tempo hábil para que os postos aplicadores se preparassem para um maior volume de inscrições, acabou por gerar conflitos

---

<sup>3</sup> A Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018, foi alterada pela Portaria Interministerial nº 16, de 3 de outubro de 2018.

e críticas que levaram à sua reformulação. Em sua segunda versão, os requisitos foram ampliados para incluir, além do exame Celpe-Bras, outras possibilidades, o que, no meu entender, é muito preocupante. Não há, nesse caso, um perfil de proficiência mínimo desejável. Assim, ter concluído um curso de ensino superior em uma instituição de ensino registrada no MEC é equivalente a ter cursado uma pós-graduação no Brasil. Dependendo da área, as exigências podem ser muito distintas: muitas universidades brasileiras aceitam hoje, de seus alunos de pós-graduação, teses redigidas em língua estrangeira, e há cursos em que todas as disciplinas são ministradas em inglês. Por sua vez, essas exigências também podem ser equivalentes à aprovação no exame da Ordem dos Advogados. Ao que me parece, esse exame é de múltipla escolha, e a aprovação pode significar apenas avaliação de conteúdos mediante a leitura, não incluindo a capacidade de escrita nem de produção oral da língua. Além disso, as três modalidades não avaliam a língua diretamente, mas pressupõem que a língua esteja envolvida. A última possibilidade, embora se refira à aprovação em avaliação da capacidade de comunicação em língua portuguesa propriamente dita, aplicada por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação na qual seja oferecido curso de idioma, também é extremamente vaga. O que se entende por avaliação da capacidade de expressão em língua portuguesa? Oral? Escrita? Essa indefinição ou falta de explicitação pode levar a injustiças e a distorções. Concluindo, ambas as portarias deixam a desejar.

176

Entrevistadores: Em 10 e 11 de setembro de 2018, ocorreu, em Lisboa, a “I Reunião Técnica de Certificação Comum: em busca dos caminhos necessários e dos caminhos possíveis”, organizada pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). A senhora considera possível, ou desejável, a criação de um exame único para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?

Matilde Scaramucci: A possibilidade de criação de um exame único ou da junção dos exames de Portugal e do Brasil é um assunto antigo. Eu acompanhei de perto a primeira tentativa de aproximação dos dois exames, quando minha colega Margarete Schlatter e eu participamos, como representantes da Comissão Celpe-Bras à época, de uma reunião nos dias 13 e 14 de dezembro de 2001, em Lisboa, com a Comissão do Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (Caple) e representantes do Ministério da Educação de Portugal e do Instituto Camões, entidades responsáveis pela elaboração do sistema de certificação de Portugal.

Desde o início dessa aproximação, a possibilidade de criação de um sistema comum para as duas variedades distintas – nessa época, as variedades brasileira e portuguesa estavam em jogo – pareceu-nos inviável devido, principalmente, às diferenças entre as variedades e, acima de tudo, às

divergências que pudemos observar em relação à visão de língua(gem) que fundamentava os dois sistemas de avaliação. Entretanto, na ocasião, fizemos uma proposta que envolvia reconhecimento mútuo dos dois sistemas de certificação em contextos em que eram exigidos, o que demandaria um estudo para operacionalizar a equivalência entre os exames existentes. Além disso, propusemos a construção de um glossário comum de termos de avaliação; a elaboração de um certificado comum para fins específicos, na área de negócios; e uma agenda de trabalho e de reuniões para o período 2002-2003. É importante mencionar que, passados 18 anos, nenhum desses itens foi retomado e, conseqüentemente, nenhuma das metas foi alcançada.

Na minha opinião, embora à primeira vista a ideia de um exame único para os países da CPLP – em que o português seria considerado em uma perspectiva pluricêntrica – possa ser atraente, há vários aspectos que precisariam ser elucidados por se tratar de uma questão complexa e que, por restrição de espaço, seria impossível abarcá-los nesta discussão. O primeiro deles seria, sem dúvida alguma, avaliar melhor as vantagens e desvantagens de um exame comum, e, para isso, precisamos de um levantamento das necessidades de uso da língua nos seus múltiplos contextos dos vários países e usos da certificação, competências específicas e novas demandas que ainda nos são desconhecidas, condições de aplicação, entre outros.

Outra questão fundamental é entender melhor o que é uma abordagem pluricêntrica e o que seria operacionalizá-la em um exame, mas também no ensino que o precede e por ele é influenciado. No contexto de inglês como língua internacional, uma das constatações é que, embora haja muitos estudos dedicados a elaborar argumentos teóricos em defesa de abordagens pluricêntricas, poucos se concentram em investigar o que realmente acontece na prática quando esses princípios são operacionalizados. No nosso caso, teríamos que considerar não apenas as variedades portuguesa e brasileira, mas também as dos outros países da CPLP, que têm realidades pouco conhecidas. Como ficariam as questões culturais, tão indissociáveis no ensino e na avaliação da língua?

Mais promissor e muito mais produtivo, a meu ver, seria manter cada um dos exames existentes, considerando os ganhos de cada uma das trajetórias e os riscos que uma nova certificação possa trazer para as já existentes. E, baseados na experiência acumulada no desenvolvimento desses exames, pensarmos na elaboração conjunta de outros instrumentos de avaliação, por exemplo, conforme mencionei antes, um exame para a área de negócios – já reconhecida como estratégica na reunião de 2001 – ou para crianças – extremamente importante nos contextos de língua de herança, servindo como incentivo para manutenção do português em muitas comunidades no exterior – ou ainda para o contexto de acolhimento e naturalização.

Entrevistadores: A senhora considera que seria importante o estabelecimento de possíveis equivalências entre o Celpe-Bras e os níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR)? Que etapas seriam necessárias para tanto?

Matilde Scaramucci: Acho muito importante que cada país tenha seu quadro de referência, de forma a estabelecer metas para o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras mais adequadas aos contextos e necessidades locais. Por um lado, o fato de termos um quadro de referência, não elimina a possibilidade de nos alinharmos a outros quadros reconhecidos internacionalmente para comparar níveis de proficiência de aprendizes e níveis de avaliação, necessários no mundo contemporâneo em que mobilidades e migrações são frequentes. O QECR tem sido o mais relevante e, embora tenha sido desenvolvido pelo Conselho da Europa para fornecer níveis de referência para o ensino e a aprendizagem de línguas na Europa, sua influência tem sido muito mais ampla, assumindo o *status* de “padrão”, usado em todo o mundo.

Por outro lado, muita gente pensa – a meu ver, de maneira equivocada –, que nos alinharmos ao QECR significa nos submetemos a uma política de línguas que não é nossa. Porém, é importante reconhecer que seu uso acaba se tornando inevitável, porque o próprio mercado de línguas, por uma questão de reconhecimento e *status*, encarrega-se dessa utilização, de maneira geral, feita de forma impressionista e equivocada. No caso do Celpe-Bras, apesar de já ter visto equivalências, não há, até o momento, um estudo que mostre seu alinhamento ao QECR, uma demanda crescente para o exame a fim de que possa ser considerado um dos certificados reconhecidos nos vários contextos internacionais. Outra demanda importante é mostrar em que medida o Celpe-Bras é equivalente aos exames de proficiência de Portugal, já alinhados ao QECR. Para isso, será necessário um projeto de pesquisa que envolverá o conjunto de procedimentos seguidos pelas maiores agências de elaboração de testes no mundo.

Para demonstrar esse alinhamento do Celpe-Bras ao QECR, submeti ao Inep, no ano passado, um projeto em várias etapas e que não é tão simples de ser conduzido, mas seria a única maneira de estabelecer, efetivamente, esse alinhamento. Isso nos daria muitas vantagens e abriria muitos caminhos – que hoje estão sendo impedidos – para uso do Celpe-Bras.

Entrevistadores: Quais são as principais críticas que a senhora já ouviu em relação ao Celpe-Bras? Como as avalia?

Matilde Scaramucci: Um exame como o Celpe-Bras, que avalia a proficiência a partir de situações próximas às reais, inovador para a época em que foi criado e que ainda continua contemporâneo, tem recebido algumas críticas exatamente

pela falta de entendimento de seus pressupostos teóricos e da complexidade de operacionalização desses pressupostos. Não resta dúvida de que a nossa falta de tradição em avaliação de proficiência contribui para a criação de mitos e interpretações equivocadas.

Apesar das inúmeras mudanças que vivenciamos ao longo dos anos, ainda posso afirmar que nossas práticas de ensino e, principalmente, nossas práticas de avaliação ainda são calcadas em visões estruturalistas. Essa prática pressupõe que as boas avaliações são as “objetivas”, em que os acertos e erros possam ser contabilizados. Portanto, uma das críticas ainda frequentes é que o Celpe-Bras é subjetivo, uma vez que envolve a avaliação de quatro textos na parte escrita, além de uma interação oral. Não querendo minimizar as dificuldades e os desafios que essas práticas avaliativas pressupõem, tenho que admitir que as críticas desconhecem que a avaliação da escrita e também da oralidade podem ser bastante consistentes se forem utilizados mecanismos adequados, como grades de avaliação, treinamentos de avaliadores, avaliação cega, entre outros.

Outra crítica que tem sido frequente é que o exame é difícil e exigente, pois envolve a escrita de muitos textos, tornando-se cansativo, ou ainda que não é justo submeter alunos estrangeiros a um exame que, muitas vezes, nem mesmo brasileiros seriam capazes de fazer. Quando ouço esses comentários, fico feliz, porque reafirmam, cada vez mais, que estamos no caminho correto. O fato de os alunos brasileiros não serem capazes de realizar as tarefas escritas do exame não é um bom parâmetro para invalidá-lo, muito pelo contrário. Todos nós sabemos dos sérios problemas e deficiências que enfrentamos no ensino de língua materna, responsável por produzir analfabetos funcionais, incapazes de usar a língua para desempenhar ações no mundo, inserindo-nos, cada vez mais, na cultura da leitura rápida e da escrita telegráfica.

Outra crítica, ainda, é que certos assuntos tratados no Celpe-Bras não são de relevância ou interesse de alguns participantes, por exemplo, dos convênios PEC-G, provenientes, em geral, de países da África. Embora, por vezes, concorde que alguns assuntos poderiam ser mais bem escolhidos, não posso deixar de lembrar que são tópicos que estão em discussão no Brasil e, portanto, fazem parte da cultura e realidade brasileiras. Em exames de proficiência, o procedimento de elaboração prevê uma análise de necessidades de uso da língua pelo público-alvo. Se essas pessoas estão sendo avaliadas para usarem a língua portuguesa do Brasil em contextos de imersão ou fora deles, deveriam ser capazes de transitar por esses assuntos. Não posso escolher os assuntos em função de certos grupos de participantes, mas, sim, dos objetivos de uso da língua para os quais o exame foi elaborado. Por outro lado, há sempre uma preocupação para não escolher assuntos que sejam culturalmente muito marcados. Esse equilíbrio tem sido fundamental.

Entrevistadores: Quais são as principais ações que a senhora julga necessárias para o fortalecimento do Celpe-Bras como instrumento de política linguística de promoção do português como língua adicional?

Matilde Scaramucci: Como eu disse antes, um apoio institucional maior, por parte do MEC e do Inep, para incluir o exame nas pautas de discussão com as instituições de ensino superior me parece fundamental. Programas como o Português sem Fronteiras, com os núcleos do tipo 2,<sup>4</sup> que incluem o PLE e tornam as universidades centros aplicadores do exame, têm sido um caminho interessante e importante de fortalecimento do exame. Por outro lado, esses núcleos precisam receber aportes de outras instituições que já têm o PLE institucionalizado há mais tempo para que seu trabalho seja eficiente. Foram criados inúmeros centros aplicadores em universidades no Brasil que não tinham nenhuma tradição no ensino (ou avaliação) em PLE, e tenho uma grande preocupação em relação à qualidade desses cursos e à qualidade da aplicação, se nada for feito nesse sentido. Por outro lado, cabe a nós, especialistas da área, mobilizar a comunidade acadêmica para a importância de as universidades discutirem e explicitarem suas políticas linguísticas, e que elas possam contemplar o Celpe-Bras e o PLE.

Para contrabalançar o poderoso, mas infundado, argumento de que o exame é uma barreira para a internacionalização, temos que pensar em saídas estratégicas e criativas, que permitam sua implementação de maneira mais flexível nas etapas iniciais, de forma que possa ser utilizado como elemento alavancador da qualidade dos nossos intercâmbios e da promoção do português no exterior.

Entrevistadores: Ao contrário de alguns outros exames de proficiência, o Celpe-Bras não conta com uma versão em computador. Na sua visão, é chegada a hora de criá-la? Em caso positivo, seria possível manter, nessa versão informatizada, a atual estrutura da parte escrita e oral?

Matilde Scaramucci: Uma versão *online* do exame Celpe-Bras que preserve, acima de tudo, seu construto, sua visão de língua(gem) e de proficiência é mais do que necessária e tem sido parte das discussões da Comissão Técnico-Científica há muitos anos. Sua falta tem impedido um uso mais efetivo do exame em vários contextos. Sabemos que há hoje tecnologias que permitem que muitas características de sua estrutura atual possam ser mantidas, com algumas adaptações. Entendo que a parte escrita possa ser preservada em sua versão original e realizada por meio de uma plataforma online. Entretanto, um dos problemas, manifestado principalmente pelos centros aplicadores com muitos

---

<sup>4</sup> Com oferta dos idiomas inglês e português como língua estrangeira/adicional e aplicação de exames desses idiomas.

candidatos, diz respeito à impossibilidade de disponibilizar computadores para atender essa demanda. Esse problema poderia ser contornado se o exame tivesse um banco de tarefas que permitisse sua oferta sob demanda ou várias aplicações durante o ano, em vez de apenas duas.

Na parte oral, seriam necessárias algumas mudanças estruturais, uma vez que a interação com dois avaliadores simultaneamente *online* não traria muitas vantagens em relação ao que é feito de forma presencial. Uma possibilidade seria transformar a avaliação da parte oral em uma avaliação semidireta, em que o candidato interagiria com uma gravação e registraria sua interação no computador. Embora não seja o ideal, temos que pensar em uma solução em termos de custo-benefício. Um dos aspectos importantes de um projeto dessa natureza é ter, juntamente com a equipe de desenvolvimento do exame *online*, membros da Comissão Técnico-Científica do Celpe-Bras para que o construto do exame seja pouco alterado e para que este possa continuar a exercer os efeitos positivos tanto no ensino como na aprendizagem que o têm caracterizado ao longo de seus anos de existência.

---

Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com pós-doutorado pela University of Melbourne, Austrália, é professora titular do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp. É membro da Comissão Técnico-Científica do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Participou no desenvolvimento conceitual do Certificado de Espanhol Língua de Uso (Celu) da Argentina, ajudando a estabelecer parâmetro de referência entre esse exame e o Celpe-Bras.

matilde@scaramucci.com.br

Elysio Soares Santos Junior, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisador-tecnologista em informações e avaliações educacionais no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

elysio.santos@inep.gov.br

Leandro Rodrigues Alves Diniz, doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Setor de Linguística Aplicada da Faculdade de Letras.

leandroradiniz@gmail.com

Recebido em 3 de janeiro de 2019

Aprovado em 28 de março de 2019